



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0006384-71.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
 Requerente: **JOSÉ ANTONIO ARAUJO, CPF 118.080.608-57 - Advogado Dr Regis Zambon E Mattos**
 Requerido: **BANCO SANTANDER S/A - preposta Srª Michele Giampetro**

Aos 19 de outubro de 2016, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Srs. Paulo e Jorge. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação em que o autor alegou que o réu promoveu o desconto em sua conta bancária referente a cinco tarifas, todas de uma só vez. Alegou ainda que não havia justificativa para tanto e que ajuizou ação em que pleiteou a cessação desses descontos. Busca, agora, a restituição daquele montante e a reparação dos danos morais que suportou. As matérias preliminares arguidas pelo réu em contestação não merecem acolhimento. Isso porque a solução do litígio não demanda a realização de qualquer espécie de perícia, não se sabendo, inclusive, em que medida essa espécie de prova poderia ser imprescindível para a definição da lide. De outro lado, o relato exordial não possui vícios formais a maculá-lo e em momento algum se vislumbrou o efetivo interesse do réu na composição do processo, o que inclusive fica descartado pela oferta de contestação que se desdobra em mais de 20 laudas. Rejeito, pois, as prejudiciais suscitadas. No mérito, a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa C. Aplica-se por isso, entre outras regras, a da inversão do onus da prova, como expressamente mencionado no despacho de fls. 66. Dessa maneira, incumbia ao réu demonstrar a regularidade do débito questionado pelo autor, mas ele não o fez. Na contestação, não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor, preferindo alegação genérica de que a incidência de tarifas teria lastro a sustentá-la. Todavia, deixou de esclarecer com a necessária clareza qual seria esse fundamento, até porque não instruiu a peça de resistência com um elemento sequer que alicerçasse sua posição. Como se não bastasse, a maior evidencia de que o réu reconheceu não possui base para o débito em pauta consiste no fato de ter sido revel no processo anterior aforado pelo autor neste mesmo juízo a propósito do assunto ventilado. Deixou também recorrer contra a sentença que acolheu aquela postulação do autor, patenteando com isso o reconhecimento de que o débito foi indevido. A conjugação desses elementos, aliada a ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida. A devolução da quantia debitada do autor é de rigor porque, como já assinalado, inexistia razão para que tal fato*”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*acontecesse. A mesma alternativa aplica-se ao pedido de ressarcimento dos danos morais. O autor foi obrigado a por duas vezes ajuizar ações com o fito de resolver problema a quem não deu causa. Os documentos de fls. 04/05, a seu turno, demonstram claramente a repercussão que o desconto tratado nos autos provocou no autor. Diante desse cenário, é certo que o autor sofreu abalo de vulto (como inclusive confirmaram as testemunhas hoje inquiridas), como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar. O réu ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que era exigível, ficando certo que o caso ultrapassou em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana ou o simples descumprimento contratual. O valor pleiteado está em consonância com os critérios usualmente empregados em situações dessa natureza (leva em consideração a condição econômica das partes e o grau de aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir o enriquecimento indevido e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado). Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), as quantias de R\$ 117,00, com correção monetária a partir de fevereiro de 2016 (época em que ocorreu o débito injustificado), e juros legais desde a citação, e de R\$ 5.000,00, acrescido de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora contados da citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado.*

Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Regis Zambon E Mattos

Requerido - preposta:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA